

Ata da Décima Oitava Sessão Ordinária, do segundo ano da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos dezessete de agosto de dois mil e dez, às dezenove e trinta horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Fábio Augusto Pina. Vice-Presidente Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri. Secretários Srs. Alfredo Chiavegato Neto e Rubens das Virgens. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Rubens das Virgens para proferir o seguinte texto: Livro do Eclesiástico – Capítulo 5, versículos de 9 a 15: “Não peneire o grão em qualquer vento, nem siga por qualquer direção. Seja constante no modo de pensar e coerente na maneira de falar. Esteja pronto para ouvir e lento para dar a resposta. Se você for capaz, responda a seu próximo; se não for, fique calado. Falar pode trazer honra ou desonra, e a língua do homem é a sua ruína. Não tenha fama de caluniador, nem use a língua para preparar armadilhas, porque para o ladrão existe a vergonha, e para o homem falso uma condenação severa. Evite erros grandes e pequenos, e de amigo não se transforme em inimigo.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini, e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, foi colocada em Votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: primeiramente, o Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, dos Projetos e das Indicações dos Senhores Vereadores, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício DER n.º

062/2010, encaminhando a Casa Projeto de Lei que autoriza o Executivo Municipal a receber doações com encargos destinadas a eventos, projetos ou programas diversos no Município, e dá outras providências; 2. Ofício DER nº 063/2010, encaminhando a Casa manifestação do Secretário de Gestão Governamental e Finanças acerca de estimativa de impacto orçamentário-financeiro referente ao Projeto de Lei Complementar encaminhado através do Ofício DER nº 060/2010, que dispõe sobre substituição do Anexo Único da Lei nº 1985/2010, que versa sobre o quadro de servidores da Prefeitura e dá outras providências; 3. Ofício DER nº 064/2010, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 350.000,00; 4. Ofício DER nº 065/2010, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 1.450,000.00; 5. Ofício DER nº 066/2010, encaminhando a Casa Projeto de Lei que acresce o art. 32-A, na Lei nº 1.955/2009, que dispõe sobre o plano plurianual do Município, para o período de 2010 a 2013; 6. Ofício DER nº 067/2010, encaminhando a Casa Projeto de Lei que acresce o art. 45-A, na Lei nº 1911/2009, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2010, e dá outras providências; 7. Ofício DER nº 068/2010, encaminhando a Casa Projeto de Lei que autoriza o Executivo a celebrar convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e a receber em comodato o imóvel que especifica, de propriedade de Actualité Empreendimentos e Participações Ltda; depois de lidos foram os projetos encaminhados para as Comissões Permanentes para parecer e o ofício DER nº 063/2010, para ser afixado no respectivo processo; 8. Ofício SEGOV nº 0418/2010, acusando recebimento do Requerimento nº 070/2010, do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o motivo de ainda não terem sido providenciadas lombadas e placas indicativas em ruas dos bairros Roseira e Dom Bosco, conforme especifica; 9. Ofício SEGOV nº 0419/2010, acusando recebimento do Requerimento nº 072/2010 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri referente à informações sobre o destino das placas de sinalização que foram trocadas das ruas e praças do centro da cidade; 10. Ofício SEGOV nº 0420/2010, acusando recebimento do Requerimento nº 073/2010 do Sr. Rainero Venturini solicitando ao D.E.R. – Departamento de Estradas de Rodagem informações sobre a instalação de iluminação pública na Rod. SP95, trecho compreendido entre a EM “Dr. Franklin de Toledo Piza Filho” e o acesso ao Bairro Roseira de Cima, bem como do trecho do centro da cidade até o Bairro Florianópolis (com cópia para o Prefeito); 11. Ofício SEGOV nº 0421/2010, acusando recebimento do

Requerimento nº 074/2010 da Sra. Karina Valéria Rodrigues referente à informações do motivo de nenhuma das indicações que solicitam construção de lombadas nos bairros Sylvio Rinaldi I e II e Jardim Europa foram atendidas no decorrer deste ano; 12. Ofício SEGOV nº 0422/2010, acusando recebimento do Requerimento nº 075/2010 da Sra. Karina Valéria Rodrigues referente à informações sobre o motivo de não terem sido providenciadas sinalizações aéreas e de solo no balão localizado na Av. Antonio Pinto Catão, em frente ao Posto Shell, no Jardim Planalto; 13. Ofício SEGOV nº 0423/2010, acusando recebimento das Indicações nºs: 255 e 270/2010 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto; 256/2010 do Sr. Airton Braulino Jorge; 257 e 258/2010 do Sr. Rainero Venturini; 259 e 260/2010 do Sr. Rubens das Virgens; 261, 262, 263, 269/2010 do Sr. Fábio Augusto Pina; 264 e 265/2010 do Sr. Edison Cardoso de Sá; 266, 267 e 268/2010 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri; 271/2010 da Sra. Karina Valéria Rodrigues e 272, 273 e 274/2010 da Sra. Maria Nalva Vieira Gama. A seguir, dos Senhores Vereadores foram apresentados: Projetos, lendo-se apenas as ementas: 1. De Decreto Legislativo da Sra. Karina Valéria Rodrigues, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadã Jaguariunense” à Sra. Florinda da Conceição Martins Franceschini; 2. De Decreto Legislativo dos Srs. Karina Valéria Rodrigues e Edison Cardoso de Sá, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadã Jaguariunense” à Sra. Vereadora Maria Nalva Vieira Gama, depois de lidos foram os referidos projetos encaminhados para as Comissões Permanentes para parecer; Requerimentos: 1. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informações dos motivos que levaram à rescisão do contrato de repasse nº 253.267-56/2008, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Consórcio PCJ, representada pela Caixa Econômica Federal e o Município de Jaguariúna, referente ao sistema de afastamento (coletor-tronco) e transporte de esgotos sanitários – Bacia do Rio Jaguari – fase 03; qual o montante que o Município deverá devolver à União, e se há algo que o Município possa fazer para que esse recurso volte aos cofres públicos de Jaguariúna; 2. Dos Srs. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri e Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal informar qual a empresa que fornece alimentos para as creches e escolas do Município, e se a merenda escolar é formulada com um mesmo cardápio para todas as creches e escolas do Município; 3. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando à ALL – América Latina Logística a construção de uma passarela na linha férrea, nas proximidades da estação de trem existente entre os Bairros João Aldo Nassif e Jardim Dona Irma. (com cópia para o Prefeito); 4. Do Sr.

Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a existência de algum projeto de lei para a criação do Programa Bolsa Atleta Municipal; 5. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal informações sobre quais as empresas inscritas na Dívida Ativa do Município, bem como os valores da Dívida de cada uma delas, e quais dessas empresas fizeram parcelamento amigável com a Prefeitura; 6. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal informar precisamente, e em números, o acordo de parcelamento de débitos, referente a ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) do período de maio de 2008 e maio de 2009, e TLFP (Taxa de Licença para Funcionamento e Publicidade) do período de Agosto a Outubro, de conformidade com a Lei Complementar nº 149, de 29 de setembro de 2009, que dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, da Empresa V.P.J. Eventos e Comércio Ltda – Inscrição Municipal B-2-0026-5052. 7. Da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal informar e existe na Prefeitura um Conselho ou algo do gênero que cuida da Mulher que sofre violência doméstica, e caso não exista, se o Município pretende formular projeto de tal natureza; 8. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informar se ainda existe, dentro da Secretaria de Saúde, o Ambulatório do Adolescente, entre outras informações; 9. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informar se está sendo efetuada, e em qual período, a análise na água da Fonte Fontanela, localizada na Praça Dom Bosco, e se caso esteja sendo analisada, qual é o meio de comunicação para essa divulgação. Indicações, lendo-se apenas as ementas: 1. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal demarcação de um dos lados da rua Capitão Ulisses Massoti, com faixa contínua sendo “proibido estacionar”, a partir do nº 810 até o Posto de Gasolina; 2. Do Sr. Fábio Augusto Pina solicitando ao Executivo Municipal que seja passado com frequência o caminhão pipa na estrada da Fazenda Guayçara, no bairro Tanquinho Velho; 3. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal abertura de concurso público para professores da rede municipal de ensino; 4. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal operação tapa buracos na rua Vigato, esquina com a Av. Alexandre Marion, próximo à ponte da Vila São José; 5. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na rua João Voltan, altura do nº 534, no bairro Nova Jaguariúna; 6. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal determinar o preenchimento das laterais de todas as lombadas existentes em Jaguariúna,

entre o vão livre e o meio fio, colocando um tubo para escoamento das águas, e cobrindo com o mesmo material da lombada; 7. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal a construção de lombada na rua Tozzi, altura do número 115, no bairro João Aldo Nassif; 8. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal a construção da Praça da Bíblia Sagrada. Moções: 1. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto de congratulações e louvor a todos os corretores de imóveis da cidade, pelo seu dia a ser comemorado em 27 de agosto; 2. Do Sr. Rubens das Virgens de congratulações e louvor a todos os soldados pelo seu dia comemorado em 25 de agosto; 3. Do Sr. Edison Cardoso de Sá de congratulações e louvor à Secretaria de Educação e à Polícia Militar do Estado de São Paulo pela formatura de 700 crianças das 4ª séries Municipais que participaram do PROERD – Programa de Resistência às Drogas e à Violência, ocorrido em 12 de agosto corrente. A seguir, o Sr. Presidente colocou em Votação as seguintes proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informações dos motivos que levaram à rescisão do contrato de repasse nº 253.267-56/2008, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Consórcio PCJ, representada pela Caixa Econômica Federal e o Município de Jaguariúna, referente ao sistema de afastamento (coletor-tronco) e transporte de esgotos sanitários – Bacia do Rio Jaguari – fase 03; qual o montante que o Município deverá devolver à União, e se há algo que o Município possa fazer para que esse recurso volte aos cofres públicos de Jaguariúna, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento dos Srs. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri e Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal informar qual a empresa que fornece alimentos para as creches e escolas do Município, e se a merenda escolar é formulada com um mesmo cardápio para todas as creches e escolas do Município, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando à ALL – América Latina Logística a construção de uma passarela na linha férrea, nas proximidades da estação de trem existente entre os Bairros João Aldo Nassif e Jardim Dona Irma. (com cópia para o Prefeito), em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a existência de algum projeto de lei para a criação do Programa Bolsa Atleta Municipal, em votação foi o mesmo

aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal informações sobre quais as empresas inscritas na Dívida Ativa do Município, bem como os valores da Dívida de cada uma delas, e quais dessas empresas fizeram parcelamento amigável com a Prefeitura, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Requerimento da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal informar precisamente, e em números, o acordo de parcelamento de débitos, referente a ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) do período de maio de 2008 e maio de 2009, e TLFP (Taxa de Licença para Funcionamento e Publicidade) do período de Agosto a Outubro, de conformidade com a Lei Complementar nº 149, de 29 de setembro de 2009, que dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, da Empresa V.P.J. Eventos e Comércio Ltda – Inscrição Municipal B-2-0026-5052, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 7. Requerimento da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando ao Executivo Municipal informar e existe na Prefeitura um Conselho ou algo do gênero que cuida da Mulher que sofre violência doméstica, e caso não exista, se o Município pretende formular projeto de tal natureza, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 8. Requerimento do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informar se ainda existe, dentro da Secretaria de Saúde, o Ambulatório do Adolescente, entre outras informações, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 9. Requerimento do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informar se está sendo efetuada, e em qual período, a análise na água da Fonte Fontanela, localizada na Praça Dom Bosco, e se caso esteja sendo analisada, qual é o meio de comunicação para essa divulgação, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 10. Moção do Sr. Alfredo Chiavegato Neto de congratulações e louvor a todos os corretores de imóveis da cidade, pelo seu dia a ser comemorado em 27 de agosto, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 11. Moção do Sr. Rubens das Virgens de congratulações e louvor a todos os soldados pelo seu dia comemorado em 25 de agosto, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 12. Moção do Sr. Edison Cardoso de Sá de congratulações e louvor à Secretaria de Educação e à Polícia Militar do Estado de São Paulo pela formatura de 700 crianças das 4ª séries Municipais que participaram do PROERD – Programa de Resistência às Drogas e à Violência, ocorrido em 12 de agosto corrente, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos

senhores Vereadores, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomaria a palavra o Sr. Rainero Venturini, que a passou; a seguir, tomou a palavra o Sr. Rubens das Virgens que cumprimentou a todos, dizendo que tinha colocado uma indicação, pedindo ao Sr. Prefeito a construção de uma praça, denominada Praça da Bíblia; comentou que na maioria das cidades existia a praça da Bíblia e isso havia muito tempo, e que se lembrava quando criança, inclusive lá no Estado do Paraná, a cidade em que ele morava, tinha a praça da Bíblia, e se fazia por durante uma semana eventos religiosos nessa Praça, uma semana de comemoração, porque a Bíblia era um livro que deveriam comemorar e ter em mãos, porque era um livro que vinha norteando o mundo para o bem; comentou que alguém dizia que as guerras, elas eram consequência da existência das religiões, alguém colocava assim, mas a Bíblia lhes transmitia uma mensagem de paz e a má interpretação da Bíblia gerava, muitas vezes, muita divisão, muita desunião, enfim, mas a Bíblia em si tinha influenciado na Cultura, e muitas das diferenças que antes existiam entre as religiões, se percebia, hoje, que não existia de fato, e que tinham, por exemplo, a denominação “evangélico” para um grupo de pessoas e católicos para outro, que alguém dizia não ser evangélico; disse que evangélico era todo aquele que cria no Evangelho, e a mensagem central do Evangelho sabiam que era a morte de Cristo como propiciação, como sacrifício pelo homem, pelo pecado do homem; disse que nisso o católico cria, o evangélico cria, e que eram todos evangélicos, todos criam e seguem o mesmo livro, alguns com interpretações diferentes, e a influência da Bíblia, na cultura principalmente no Brasil, era muito grande, principalmente, na Cidade de Jaguariúna; disse que achava que era justo fazer isso, pelo bem, pelos ensinamentos que vinham recebendo da Bíblia, e iriam estar aí durante o restante do mandato sempre lembrando o Prefeito disso, e que esperava que até o final pudessem ter esse presente a todos os habitantes de Jaguariúna; disse que se fosse conversar com alguém que era do Candomblé, ele iria buscar explicações em cada santo que existia lá no culto deles, fundamentado na Bíblia, enfim, e que a Bíblia influenciava em todas as culturas, tinha uma influência; disse que seria um presente para todos; outra coisa que comentou foi sobre ele estar apresentando um projetinho de lei, e pediu o apoio de todos os colegas, que pedia a participação das instituições financeiras como bancos, caixas de recebimentos, na segurança do cidadão, principalmente, o usuário dessas instituições, que se colocassem câmeras na saída, em torno desses estabelecimentos, câmeras que pudessem gravar, caso na saída alguém fosse roubado, assaltado, tinha pelo menos um registro para se identificar quem tinha sido o infrator, para inibir, porque, às vezes, achavam

que segurança era responsabilidade apenas do Governo, e quando na verdade, algumas instituições privadas que tinham grandes lucros, porque na Cidade de Jaguariúna sabiam que o banco tinha uma movimentação alta, tinha lucros, e que não custava colocar algumas câmeras, colocar algumas câmeras era um custo insignificante e, com certeza, iria estar colaborando para a segurança de todos os cidadãos, e perguntou, quem hoje, não fazia uso de um banco? E que por isso pedia o apoio dos nobres colegas; era só isso, desejou boa noite a todos e agradeceu; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Airton Braulino Jorge que a passou; tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, agradecendo especialmente a presença de alguns esportistas que ele tinha visto na Casa, o Amauri Rodrigues, que estava ali presente, o Alexandre, que estava ali na porta, agradeceu pela presença, dizendo que não sabia se tinha alguma coisa da área de esportes para eles discutirem naquele dia, mas era muito importante verem pessoas assim prestigiando a sessão; disse que no dia anterior tinham tido uma reunião com o Conselho Tutelar de Jaguariúna, uma entidade, que todos sabiam, representava e desempenhava um papel muito importante nas questões dos direitos das crianças e dos adolescentes na Cidade; disse que, infelizmente, estavam aí ouvindo o clamor por parte deles, e que tinham tido a presença dos cinco conselheiros tutelares na Casa, solicitando que a Prefeitura do Município não tirasse os direitos que eles já vinham recebendo, há muitos anos, ou seja, além dos seus subsídios, tinha as garantias de fundo de garantia, férias, décimo terceiro, e, infelizmente, o Município queria mexer com essas pessoas que faziam um trabalho importantíssimo, eram eleitos para serem Conselheiros Municipais da Criança e do Adolescente, eram Conselheiros Tutelares, e que eram apenas cinco pessoas que se dedicavam a essa função, e a Prefeitura, infelizmente, por uma questão de interpretação da lei, achava que essas pessoas não tinham esses direitos; eles se dedicavam exclusivamente a este trabalho, em turnos, inclusive com plantões, e a Prefeitura que, às vezes eles ficam ali sempre tentando conquistar direitos para os funcionários, viam aí uma atitude por parte da Assessoria Jurídica da Prefeitura, achando que essas pessoas não tinham mais direitos; ou seja, ele gostaria de solicitar, através daquela Tribuna, à Administração Municipal que, realmente, revisse tal situação, não levasse adiante esse princípio em achar que estava errado os subsídios que eles recebiam, e que achava que a Casa tinha sido unânime no dia anterior com os Conselheiros, que eles dariam todo o apoio; disse que tinha ficado certo de, naquele dia, os Conselheiros pegarem um parecer jurídico que a Assessoria Jurídica da Prefeitura ficou de entregar aos Conselheiros e por uma questão, que não sabia se tinha sido de tempo ou não, ocorreu que não tinha

sido entregue e não seria entregue o parecer, porque ainda existiam pendências a serem tratadas pelo Departamento Jurídico do Município; disse que era triste ver o descaso numa situação que tinha todo o conhecimento deles, Vereadores, que eles sabiam o trabalho, estavam de comum acordo que, realmente, estas pessoas mereciam esse benefício, se estava certo ou errado, fazia doze anos que eles recebiam, e que esperava que isso tivesse continuidade, e que era isso que a Casa esperava, e esperava que o Município entendesse isso, também, através de sua Assessoria Jurídica; comentou, também, a respeito de direitos, e que tinham votado na Casa um adicional aos motoristas de ambulância, há questão de um mês atrás, mais ou menos, e que eles não tinham motoristas de ambulância, e que tinham pessoas que eram locadas como motoristas no Departamento de Trânsito, enfim... Disse que aquele benefício tinha sido votado na Casa, e que esperava que fosse estendido para todos os motoristas, porque o que estava acontecendo era uma distinção em quem estava dirigindo uma ambulância, ou exercendo algum outro cargo diferente, no caso de se dirigir a ambulância, não recebendo essa gratificação; disse esperar que o Município se sensibilizasse, porque isso estava causando mal estar entre os próprios motoristas que tinham o mesmo desempenho de função, e se isso não ocorresse, o Município ia, ele tinha certeza, que iriam ser ingressadas várias ações judiciais, e essas pessoas, como não havia distinção entre motorista e motorista de ambulância, seriam beneficiadas, e que esperava que a Municipalidade estendesse esse benefício, que a Casa tinha aprovado e esperava que fosse dado a todas as pessoas que desempenhavam essa função junto à Secretaria de Saúde, e que não tinham só motorista de ambulância, tinha uma série de motorista, que desempenhava a função, que trabalhava com a vida do ser humano, que, realmente, pudesse ter esse benefício no seu salário, e que esperava e que era um pedido de muitos motoristas que tinham vindo até ele, tinham motoristas que tinham cursos para cargas de emergência, veículos especiais, e essas pessoas não estavam recebendo esse tipo de benefício, e pessoas que não tinham e dirigiam ambulâncias e estavam recebendo; disse esperar que essa desigualdade pudesse acabar em breve, e que fosse estendido a todos os motoristas que exerciam o cargo e mexiam com a Saúde Pública; disse que era isso que esperava e buscava através desse pedido, desse clamor a esta Casa; disse, ainda, que gostaria de seguir nesta mesma linha e pedir, também, que a Prefeitura revisse, que eles tinham tido o fato da semana anterior, com um Vigia que tinha tido um problema sério, tendo ficado à mercê dos bandidos, e que a Prefeitura, realmente, revisse essa questão dos vigias e vigilantes, e que era a mesma função, exerciam a mesma função, existia uma diferença nas letras, e que essa

diferença apenas de uma letra pudesse ser absorvida através de uma única, que desempenhava a mesma função e merecia, realmente, um atendimento por parte da municipalidade para que os mesmos pudessem receber os mesmos salários, e que esperava que o Município, mais uma vez visse esse caso, e tinha sido conversado já com esses vigias, foi dito a eles que seria revisto isto, desde o início da Administração, e até agora as pessoas estavam aí com dificuldades com seu salário, porque eles tinham um plus, que eram as horas extras e foram cortadas cinquenta por cento das horas extras, e de cinquenta por cento quase nem todas eram pagas, e que esperava que esses cinquenta por cento a mais, essa gratificação que tinham os vigilantes e o risco de morte, pudesse ser incorporado a essas pessoas, que como eles tinham tido o exemplo, na semana anterior, era visível e eles mereciam, realmente, todo o apoio dessa municipalidade no sentido de que esses benefícios pudessem acontecer no seu contra-cheque; disse, também, que tinha chegado uma denúncia para ele, preocupante, porque os funcionários que recebiam o EPI, que era o Equipamento de Proteção Individual, eles estavam assinando um termo para a Prefeitura, dizendo que eles estavam recebendo o equipamento, e não estavam recebendo equipamento, mas assinavam que receberam, ou seja, se acontecesse algum fato com eles, no desempenho de seus serviços, e os mesmos fossem acometidos de um problema de segurança do trabalho, de acidente de trabalho, essas pessoas podiam perder algum direito pelo fato de não estarem usando os equipamentos de proteção individual; disse que o que era mais triste, era que os funcionários estavam sendo obrigados a assinarem este termo que estavam recebendo o equipamento, e não estavam recebendo; disse que tinha recebido esta denúncia, e que gostaria de pedir aos nobres pares que, realmente, eles pudessem de uma certa forma investigar a veracidade disso, e solicitar aos órgãos e aos secretários que encaminhassem esse tipo de equipamento aos seus funcionários que, realmente, os entregassem, porque se isso acontecesse e estivesse acontecendo, era uma falta de consideração pelo funcionário público, porque ele estava assumindo toda a responsabilidade que o seu serviço podia, o acidente que o seu serviço podia causar; disse esperar que mais este fato fosse o mais breve possível solucionado pela Municipalidade, e esperava que providências fossem tomadas; disse que restando pouco tempo, gostaria de só pegar uma deixa, que a nobre Vereadora Karina tinha informado a Casa de Leis, que o Município de Santo Antonio de Posse, que fazia parte de um Consórcio de Saúde, infelizmente, tinha sido desligado desde consórcio, e pela informação que lhes tinha sido dada, e pela preocupação deles, os munícipes da Posse seriam atendidos no Hospital Municipal Walter Ferrari, ou seja, se já

estava difícil o atendimento, iria ficar ainda pior; disse que a quantidade excessiva de cartões cidadãos que existiam, que tinha sido motivo de um processo para, realmente, rever se o Cartão Cidadão teria que ser um critério utilizado para o atendimento no Hospital e nas outras atividades do Município, através da denúncia que tinha sido feita, que tinha muitos cartões, excedia-se a cinquenta mil, achava que o censo iria provar que achava que hoje tinham muito mais que cinquenta mil pessoas morando e utilizando dos serviços municipais, em nada se deu, simplesmente tinha sido um argumento que tinham se utilizado, que achava já no intuito de abrir o leque mesmo, e “salve-se quem puder”, e atendia-se primeiro àquele que chegasse ao Hospital; disse que, infelizmente, era com pesar que eles davam mais esta notícia, que os moradores de Jaguariúna não teriam prioridade no atendimento no Hospital Municipal através das especialidades; desejou boa noite e agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri que cumprimentou a todos, dizendo de iniciar sua fala parabenizando à nobre Vereadora Karina que tinha sido homenageada no aniversário da Ponte Preta de Campinas, aí na última quarta-feira, no qual ela recebeu uma premiação por ser uma das cinco maiores personalidades da Associação Atlética Ponte Preta, que tinha completado cento e dez anos, e ele, como pontepretano, tinha a acompanhado muito tempo no basquete da Ponte Preta, e que ficava contente em tê-la ali do lado, e ela recebendo tal importante homenagem; disse que naquele dia, para quem não sabia, era dia do Patrimônio Histórico, e o maior patrimônio desta Cidade era o seu povo, os munícipes que lutavam em prol desta Cidade, e era com satisfação que eles tinham, ali em frente, a Casa da Memória, a qual lutava pelo resgate da história da Cidade através dos pesquisadores, comandados pelo Professor Tomaz e sua brilhante equipe, sendo que na primeira semana de setembro seria inaugurada a sua terceira exposição, que seria chamada “As famílias da Vila”, na qual seria oferecida aos visitantes um passeio agradável pelas ruas da vila, sítios, fazendas, mostrando famílias nos seus trajes e costumes daquela época; disse que o período abrangia desde as grandes fazendas à chegada da Mogiana, que veio buscar o café na Cidade, a vida em torno das Estações Jaguari, abolição da Escravatura, a Imigração Italiana, e a Fundação da Vila Bueno, passando do Distrito de Paz até a alteração para o nome de Jaguariúna; disse que a exposição era para toda a faixa etária, e tinha aquele ditado: “conhecendo o passado, saberemos entender a realidade presente, e teremos melhores condições de planejar o futuro.” Disse que queria compartilhar, também, de uma moção do nobre Vereador Edison sobre a formatura de mais de setecentos alunos das quartas séries municipais que participaram do PROERD, que era o

Programa de Resistência às Drogas e à Violência, e juntamente com a Secretaria da Educação e a Polícia Militar do Estado de São Paulo, acontecida no último dia doze no Jaguar Tênis Clube; disse que o Programa era ministrado obrigatoriamente por um Policial fardado, que além da sua presença física em sala de aula, como educador social, propiciava um forte elo na comunidade escolar em que atuava, fortalecendo o trinômio: Polícia Militar, Escola e Família; disse que tinha lido, naquele final de semana, que Jaguariúna se beneficiava com dezenove milhões do PAC Dois, Programa de Aceleração do Crescimento; parabenizou os Secretários que tinham ido em Brasília, que tinham conseguido os repasses, e que torcia que ele fosse investido nas conclusões das obras de esgoto, cerca de seis por cento que estava restando, e também incluíam as creches, postos de saúde, praça de lazer nos bairros Bom Jardim, Floresta e Santo Antonio do Jardim; e agradeceu; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá, que a passou; tomou a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que cumprimentou a todos, dizendo que queria acreditar que aquela história do Hospital fosse mentira; segundo as informações dos assessores da Prefeitura, há alguns minutos atrás, o que existia era um pedido de Santo Antonio de Posse e que estava sendo estudado e analisado; disse achar que um pedido desses, com as condições que o Hospital de Jaguariúna tinha, o problema que o Hospital representava não deveriam nem ser analisado, não por uma questão humanitária de não atender alguém da Posse ou de outra cidade, num caso emergencial, o SUS deveria atender no País inteiro, mas o nobre Colega Dr. Airton, no dia anterior, na reunião de Comissões, tinha sido chamado emergencialmente para tratar um caso relativamente grave de um munícipe de Santo Antonio de Posse que tinha se machucado e por sorte, poderiam dizer assim, ele tinha preferido ir para outro Estado e se tratar no Estado dele, mas se tivesse ficado aqui, hoje, eles deveriam estar tratando de um munícipe de Santo Antonio de Posse; disse que tinha o lado humanitário, que eles tinham que tratar, mas ela achava que cada cidade tinha que cuidar de seus problemas, porque senão eles não necessitariam que cada cidade tivesse uma Prefeitura, seria um país só, com um Presidente, e só; se fosse os quesitos dele, os problemas dele, achava que tinha que resolver, mas querer sobrecarregar o Hospital de Jaguariúna com gestantes, com ortopedia, como o Dr. Airton comentava, era uma catástrofe, porque eles já não tinha capacidade nem para atender aos munícipes de Jaguariúna, e iriam começar a atender de fora, perguntou; disse que dali a pouco iriam pegar alguma cidade que a escola estivesse ruim, e iriam mandar as crianças para Jaguariúna, também, para dar aula, exclamou; entre outras coisas disse que achava que o preço a ser pago por

uma exposição marqueteira da Cidade para fora, tinha um limite, e que achava que o Rodeio, algum outro time de futebol, ou algum parque linear, um pouco caro, porque como tinha saído na imprensa o Parque Linear, até agora, tinha consumido um milhão e meio de reais, e o Secretário de Planejamento falava que ele era igual à Paris, e à França; disse que o que ela se questionava, e que ela já tinha estado várias vezes em Paris, e que não tinha visto um parque tão ruim como este lá em Paris, mas se ele achava que era Paris, era um direito dele, de achar que em Paris existia assim; disse que, lamentavelmente, Paris deveria estar numa fase muito ruim, se estava como este Parque, porque o que chamava a atenção ali e ela não conseguia entender, era que eles, em toda sessão, eles lutavam para tampar um buraco, lutavam para limpar uma calçada; no Parque Linear era assim quase que emergencial, se punha cimento, se plantava as coisas, se arrumava com uma velocidade, que o resto das coisas não aconteciam na Cidade, e tinham lugares que eles estavam, todos eles, pedindo há tempos, para colher o lixo, para fazer, e não ia, mas o Parque Linear o que se tinha plantado de flores, onde, plantas, o que se mostrava, achava bonito, tinha que ter? Tinha que ter, mas a Cidade tinha outras preferências; disse que ela achava, e como base de Governo, como o Partido dela era, achava que eles precisavam definir, o quanto antes, as prioridades da Cidade; tinham coisas que eles não sabiam o que estava acontecendo, existia o roubo dos caminhões e eles não sabiam o que estava sendo feito; muitas vezes eles negavam apoio a esportistas para irem para outras cidades, ou negavam algum apoio a um munícipe, e gastavam um milhão e meio de reais num Parque Linear, e como se o Hospital da Cidade fosse uma maravilha, estavam estudando a possibilidade de atender o munícipe de Santo Antonio de Posse, que por um motivo deles, não faziam mais parte do CONSAÚDE; disse que ela, particularmente, era contra, estava esperando uma medida concreta, e que queria acreditar que o Prefeito, nos próximos dias, respondesse a esse pedido do Governo e do Prefeito da Posse, de forma negativa, para que eles pudessem organizar o Hospital, porque senão isso iria virar uma loucura, iria chegar alguém com o Cartão Cidadão e não iria ser atendido, porque teria alguém da Posse, os leitos iriam estar cheios, a farmácia iria ter que gastar mais remédios, a limpeza do Hospital iria ter que gastar mais, e o que já era uma porcaria, iria ficar pior; disse que era isso que ela não conseguia entender, e ela não conseguia entender até que ponto eles estavam achando, ou maquiando o Hospital, porque eles defendendo ali que o Pronto Socorro estava melhorando, que estavam se esforçando, não queria dizer que o Hospital tinha virado uma maravilha; tinha fila de espera para uma tomografia de um ano, e eles queriam, agora, trazer

gente de fora para entrar nesta fila, ou tratar da ortopedia, ou gestante; disse que tinham pacientes da Cidade, se dirigiu ao Presidente, e que falava isso, o Paulo e a esposa dele, a mulher dele tinha ido na dermatologista, a dermatologista grávida, tinha uma licença de seis meses, e não iria contratar outra no lugar dela, ou seja, o que mais ou menos explicaram para a mulher do Paulo, era que ela tinha que comprar um presente para quando o nenê nascesse e a dermatologista voltava, e eles queriam tratar gente de fora; disse achar que estava tendo uma dificuldade, em cuidar de coisas urgentes, e concordava com o Fred neste ponto, e o Jurídico que, por sinal, no seu ponto de vista e na extensão que a Tribuna lhe concedia, era um dos piores Jurídicos dos últimos anos na Prefeitura, ele simplesmente se preocupava no caso de cinco conselheiros do Conselho Tutelar e não se preocupava com outros casos, e que achava que era uma falta de prioridade, lamentavelmente, eles iriam ter que defender esses cidadãos, assim como iriam ter que defender de uma forma geral a população da Cidade, para que o Hospital tratasse, preferencialmente, os munícipes de Jaguariúna, mas isso causava um desgaste para todos eles, porque eles tinham que sair na rua, responder para as pessoas, e eles não sabiam o que responder; disse que o fato era: autorizado ou não, que no dia anterior, o Dr. Airton teve que atender um munícipe da Posse, e que não estava autorizado, mas já estava começando a funcionar; disse que precisavam entender, ou que alguém os explicasse como estava essa situação, como também achava que o Conselho de Saúde do Município tinha que se manifestar, como achava que todas as partes tinham que se manifestar, para que eles conseguissem fazer do Hospital uma referência, mas não uma referência para os outros, mas uma referência para eles, e que voltava a falar seu protestos e achava que o Prefeito tinha toda a liberdade de administrar, porque esse poder lhe tinha sido dado nas eleições, mas ela, ao invés de fazer um Parque Linear de um milhão e meio de reais, preferia comprar um tomógrafo para o Hospital; disse que era questão de prioridade, e que era apenas sua posição, porque ela achava que um tomógrafo faria muito mais bem para a Cidade que um Parque, importante, bonito para quem passasse por aqui e ia para outras cidades; disse que ela duvidava que um sujeito iria sair de Guedes, do Vargeão para vir andar no Parque Linear da Cidade, mas achava certo que um cara sairia do Vargeão de ambulância para fazer uma tomografia computadorizada e liberar o caso dele; disse ser o que pensava e desejou boa noite; a seguir, tomou a palavra a Sra. Maria Nalva Vieira Gama que cumprimentou a todos e a todas, dizendo que a respeito do Hospital sempre era uma surpresa para eles, quando ia mudar alguma coisa, e achava que os Vereadores eram sempre os últimos a saberem, a cidade inteira

estava sabendo, e que achava que deveria ter um pouco mais de respeito por parte da Prefeitura, até do Prefeito mesmo, até quando fosse tomar uma decisão, chamar os Vereadores para conversar, expor isso daí, até para os Vereadores não ficarem com cara de palhaços quando as pessoas os pegavam nas ruas com esses comentários, e eles falavam: “Ah! Então, vou ver, vou verificar. Então, não sei ainda...” Disse achar que a falta de respeito que estava tendo era muito grande, e achava até que a Casa deveria se impor mais em relação a estes assuntos aí; a respeito do Parque Linear, disse que achava muito lindo, era a favor do verde sim, não era a Marina Silva, mas era a favor do verde, achava legal, sim, mas tinham outras prioridades que poderiam ser investido esse dinheiro, até a questão de um projeto que ela tinha visto em outras cidades aí, a questão da Horta Comunitária, tinham outras cidades que implantavam essas hortas nos bairros, nas quais as crianças participavam desse projeto e esse alimento era doado de volta para as creches para as escolas, e que achava que esse dinheiro do Parque Linear, além da Saúde e também da Educação, deveriam se fazer projetos das Hortas Comunitárias nos bairros, e que achava que era um projeto muito legal, muito bom, que poderia vir a somar e ajudar bastante; entre outras coisa falou sobre seu pedido da questão da Mulher, dizendo que tinha colocado um pedido a respeito do que vinha sendo feito em relação às mulheres, que, particularmente, em Jaguariúna o pessoal achava que não tinha isso, mas que tinha andado levantando alguns fatos aí, a questão da violência da mulher em Jaguariúna estava um pouco camuflada, ninguém declarava muito alto isso, mas tinha um índice muito grande pela população de Jaguariúna, e que estava levantando esses fatos até porque achava que a Prefeitura tinha que ter um projeto direcionado à questão da mulher; disse que tinha estado num evento, naquele dia, na Casa de Portugal em São Paulo, no bairro da Liberdade, na qual estiveram várias dirigentes sindicais mulheres, e que tinham contado com a presença da Dilma, candidata à Presidência da República pelo PT, e tinham entregues alguns pedidos, e tinham frisado muito bem nos seus pedidos, a questão da violência contra a mulher, a violência doméstica, até contra a criança, também; disse que viam que a lei da pensão alimentícia funcionava muito bem, e achava que era a única lei que eles viam que era cumprida imediata, o cara não pagou, a Polícia ia lá, catava ele e prendia, e perguntou por que que a Lei Maria da Penha não estava funcionando no país? Disse que naquela semana tinha presenciado um cara espancando a mulher em Jaguariúna, no meio da rua, brigando no meio da rua, entre socos e pontapés; disse que no País, a cada duas horas estavam matando uma mulher, os companheiros estavam matando as suas mulheres; disse que achava que não

adiantava ficarem achando que Jaguariúna era um Projac da Globo , não, e que na Cidade tinha violência sim, achava que eles tinham que começar a trabalhar neste assunto, e achava que as mulheres, principalmente, de Jaguariúna tinham que começar a observar isso daí; disse que elas tinham que lutar, brigar muito, estava participando de vários eventos que eram relacionados à mulher, até porque ela era Secretária do Departamento da Mulher da Federação do Estado de São Paulo, e naquele dia tinha estado naquele evento, e que tinha ficado muito contente porque tinha muita mulher; muita mulher reivindicando, entregou a sua pauta, os seus pedidos, reivindicando à Dilma que fosse mais enérgica com a Lei em relação à Maria da Penha, porque a questão da Saúde, da Educação, isso já pediam, todo candidato, a primeira promessa de campanha dele era Saúde, Educação, Saneamento Básico e tudo mais, só que a violência estava aí, e que não adiantava se investir na Educação, no Saneamento Básico e tudo o mais, se a pessoa não conseguisse sair de casa para trabalhar porque ele tinha pavor, tinha medo; se a mulher não saía de casa com medo do marido, porque era espancada, e não tinha nenhum trabalho em relação a isso daí; disse que em Jaguariúna tinha violência sim, estava levantando os fatos, queria fazer um trabalho em relação a isso, porque achava que era muito importante; agradeceu, desejando boa noite a todos; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que a passou. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini, e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: primeiramente, dos Srs. Airton Braulino Jorge, Rainero Venturini, Karina Valéria Rodrigues, Edison Cardoso de Sá, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Maria Nalva Vieira Gama e Rubens das Virgens foi apresentado requerimento de urgência especial para que o Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 350.000,00, encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 064/2010, fosse apreciado em Única Discussão, naquela sessão; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por

unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou a nobre Vereadora Karina Valéria Rodrigues como relatora especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando a leitura do parecer da Relatora Especial designada; a seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 039/2010, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para abertura de crédito adicional especial. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XII do R.I.). Em discussão e votação, foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; a seguir, dos Srs. Airton Braulino Jorge, Rainero Venturini, Karina Valéria Rodrigues, Edison Cardoso de Sá, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Maria Nalva Vieira Gama e Rubens das Virgens foi apresentado requerimento de urgência especial para que o Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 1.450.000,00, encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 065/2010, fosse apreciado em Única Discussão, naquela sessão; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o nobre Vereador Airton Braulino Jorge como relator especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando a leitura do parecer do Relator Especial designado; a seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 040/2010, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para abertura de crédito adicional especial. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XII do R.I.). Em discussão e votação, foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Primeira Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 033/2010, do Sr. Rubens das Virgens, que dispõe sobre a obrigatoriedade das agências bancárias, casas lotéricas, agências dos correios e correspondentes bancários instalados no âmbito do Município de Jaguariúna a instalar câmeras de vídeo nos locais que especifica e adota outras providências. ((Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente daria início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, mas não havendo inscritos, encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia oito de setembro de dois mil e dez, quarta-feira, com início

determinado para às dezenove e trinta horas, em conformidade com o Parágrafo Único do Art. 148, do Regimento Interno, que rezava: “recaindo a data de alguma sessão ordinária em ponto facultativo ou feriado, sua realização ficará automaticamente transferida para o primeiro dia útil seguinte...” Lembrou que a primeira terça-feira do mês de setembro, seria o feriado de sete de setembro. Deu início, a seguir, à Tribuna Livre. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Fábio Augusto Pina
Presidente

Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri
Vice-Presidente

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Primeiro Secretário

Vereador Rubens das Virgens
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

